

ORGANIZAÇÃO DO ESPAÇO PARA BEBÊS NA CRECHE: UMA ANÁLISE DE DOCUMENTOS NACIONAIS (2009-2024)

Thatiane do Nascimento Castro de Oliveira¹; Maévi Anabel Nono²;

Raiza Fernandes Bessa de Oliveira³

¹Universidade Estadual Paulista (UNESP), São José do Rio Preto, SP, Brasil,

thatiane.nascimento@unesp.br

²Universidade Estadual Paulista (UNESP), maevi.nono@unesp.br

³Universidade Estadual Paulista (UNESP), raiza.oliveira@unesp.br

RESUMO

Compartilhando parte dos dados de uma pesquisa de mestrado em andamento, neste artigo são analisados documentos nacionais da Educação Infantil (2009-2024), com objetivo de evidenciar e discutir como a organização do espaço para bebês na creche é abordada em suas concepções e orientações. Trata-se de uma pesquisa de abordagem quanti-qualitativa, configurada como investigação documental e bibliográfica, e neste recorte analisa quatro documentos de referência: Indicadores da Qualidade na Educação Infantil (Brasil, 2009), Critérios para um atendimento em creches que respeite os direitos fundamentais das crianças (Campos; Rosemberg, 2009), Brinquedos e brincadeiras de creches. Manual de orientação pedagógica (Brasil, 2012) e Qualidade e equidade na Educação Infantil. Parâmetros Nacionais de Qualidade e Equidade para a Educação Infantil (Brasil, 2024). Os resultados apontam uma trajetória de amadurecimento conceitual. As publicações iniciais, de 2009, vinculam o espaço à qualidade e aos direitos fundamentais. O manual de 2012 detalha um ambiente seguro e estruturado a partir do ponto de vista das crianças. Em 2024, os parâmetros consolidam uma visão sistêmica, estabelecendo condições materiais para a qualidade e equidade. Conclui-se que o conjunto documental forma uma referência progressiva, posicionando o espaço como agente curricular ativo, cuja efetivação depende da mediação intencional do professor e se configura como garantia de direitos na primeira infância.

Palavras-chave: Organização dos espaços. Bebês. Educação Infantil.

INTRODUÇÃO

A investigação aqui apresentada tem como propósito compartilhar um recorte de uma pesquisa de mestrado em andamento, realizada com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES). A escolha por investigar a organização dos espaços para os bebês na creche nasce de uma trajetória marcada por transformações pessoais e profissionais que ressignificaram o olhar e os fazeres da primeira autora na Educação. Foi no cotidiano da Educação Infantil, especialmente ao se decidir pelo desafio de escolher os bebês como parceiros, que se compreendeu a força do espaço como elemento educativo central.

para essa faixa etária tão específica. Do estudo que antecedeu essa decisão sobre a nova faixa etária e suas especificidades resultaram ações e planejamentos prévios de cada centímetro do espaço que a turma iria habitar.

A percepção do espaço como um “terceiro educador” (Malaguzzi, 1991), conceito amplamente difundido por pedagogias inspiradoras, ganha contornos ainda mais urgentes quando se trata dos bebês. Eles, que se relacionam com o mundo primordialmente por meio dos sentidos, da exploração motora e das interações com os outros e com os objetos, constroem seus conhecimentos a partir das experiências que o ambiente lhes proporciona ou lhes nega.

Autores como Friedmann (2006; 2020) e Souza (2010) destacam a natureza comunicativa do espaço, que fala às crianças por meio de suas disposições, texturas, cores e possibilidades de ação. Para autores como Fochi (2013; 2015), o ambiente na creche transcende sua função física, ele se constitui como um território vivo de relações, que acolhe, dialoga e dá significado às narrativas e culturas construídas pelos bebês. Dessa concepção emerge uma exigência profunda para o educador, que se traduz em uma prática intencional. Essa prática se ancora numa escuta sensível aos gestos e sons, num diálogo aberto com os universos infantis e, sobretudo, no reconhecimento profundo de cada bebê como um ser integral, imensamente potente e detentor de direitos.

Esta intencionalidade no planejamento do espaço não é um detalhe, mas a base fundamental de uma Educação Infantil de qualidade, alinhada aos direitos das crianças, tal como previsto nas normativas nacionais (Brasil, 2009; 2017). As Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (Brasil, 2009) e a Base Nacional Comum Curricular (Brasil, 2017) reforçam este compromisso ao elevar o espaço à condição de elemento essencial da proposta pedagógica, atribuindo-lhe o papel de promover autonomia, exploração e bem-estar. No entanto, entre o reconhecimento legal desse princípio e a sua tradução em orientações práticas e sensíveis para o cotidiano com bebês, seres de zero a dezoito meses com necessidades, ritmos e linguagens tão singulares, abre-se uma lacuna considerável. Este é, talvez, um dos desafios mais complexos enfrentados pelo campo.

É justamente nessa tensão, entre o que se propõe nos documentos e o que se realiza no dia a dia, que esta pesquisa busca se firmar. Para construir pontes mais sólidas, torna-se fundamental realizar um mapeamento da produção acadêmica nacional sobre o tema. É preciso identificar quais saberes já foram construídos e, com igual importância, quais perguntas seguem ecoando, aguardando por respostas que possam, de fato, qualificar o chão da creche. Paralelamente, é preciso examinar como os documentos nacionais da Educação Infantil conceituam e orientam a organização desses espaços. Essa dupla análise, que abrange tanto o

campo científico quanto o campo de orientações oficiais, se justifica pela necessidade de construir pontes mais sólidas entre teoria, política e prática. Como alerta Freire (1996), a prática sem teoria pode degenerar em ativismo, enquanto a teoria sem prática pode virar mero verbalismo. A práxis, ação reflexiva e transformadora, exige um diálogo constante entre esses polos.

Diante desse contexto, e alinhada à trajetória de inquietação e pesquisa que caracteriza o percurso da primeira autora, a pesquisa de mestrado em andamento busca articular a análise da produção do conhecimento científico, por meio de teses e dissertações, com o exame das normativas e documentos nacionais que regulamentam a Educação Infantil no Brasil.

Este artigo, por sua vez, dedica-se a um recorte específico dessa pesquisa, evidenciando e discutindo como a organização do espaço para bebês é conceituada e orientada nos principais documentos nacionais da Educação Infantil.

Este recorte integra-se à pesquisa mais ampla, cujo objetivo geral é evidenciar e discutir como a organização do espaço para bebês na creche se apresenta nas pesquisas, nas normativas e nos documentos sobre Educação Infantil publicados no Brasil no período 2009-2024.

Para tanto, essa pesquisa mais ampla estrutura-se a partir dos seguintes objetivos específicos: 1. Realizar um mapeamento de estudos produzidos em programas de pós-graduação brasileiros, no período 2009-2024, que tratam da temática da organização dos espaços para bebês na creche, identificando a quantidade de dissertações e teses defendidas no período, os títulos das produções, autores, instituições, anos de publicação, objetivos, aspectos metodológicos e resultados; 2. Examinar, a partir do mapeamento das dissertações e teses realizado, o conhecimento sobre organização do espaço para bebês na creche elaborado por meio das pesquisas nelas descritas, identificando os temas nelas abordados e suas contribuições para subsidiar normativas, documentos e práticas de Educação Infantil; 3. Sistematizar o modo como a organização do espaço para bebês na creche é abordada em normativas e documentos nacionais de Educação Infantil no que se refere às formas como é conceituada e às orientações sobre essa organização oferecidas para docentes e gestores de escolas de Educação Infantil, de modo a subsidiar práticas nas creches.

O ESPAÇO COMO LINGUAGEM PEDAGÓGICA

A investigação sobre a organização do espaço para bebês na creche se ancora em uma compreensão da infância e da docência que vê o espaço como um elemento pedagógico central e não neutro, que espelha concepções pedagógicas defendidas por Horn (2004). A análise

proposta neste trabalho concentra-se especificamente na dimensão física dessa organização, entendendo que a materialidade do espaço, seus objetos, texturas, estruturas e disposições, constitui uma linguagem poderosa (Oliveira *et al.*, 2019). Esta linguagem dialoga diretamente com a experiência corporal integral e os processos de desenvolvimento dos bebês, seres que constroem conhecimento por meio de explorações sensório-motoras (Piaget, 1978) e se comunicam primordialmente pela ação e pelo movimento em suas pesquisas brincantes (Barbosa, 2010).

A visão que hoje se consolida no campo da Educação Infantil reconhece o bebê como um ser potente, competente e produtor de cultura, um sujeito de direitos que se relaciona com o mundo de maneira integral, por meio de explorações sensório-motoras e interações carregadas de significado. Esta imagem das crianças, defendida por autores como Barbosa (2010) e reverberada nos documentos nacionais, demanda um rompimento com práticas assistencialistas e convoca uma reorganização dos contextos educativos. Nesse sentido, a docência com bebês assume a forma de uma escuta atenta e de uma intencionalidade focada na preparação de espaços que sejam parceiros das descobertas infantis.

É neste diálogo entre a potência do bebê e a intencionalidade do educador que a dimensão física do espaço ganha relevância crítica. Autores como Horn (2004) e Oliveira *et al.* (2019) afirmam que o espaço nunca é neutro, ele comunica valores, convida a certas ações e inibe outras. A maneira como os móveis são dispostos, a seleção e a apresentação dos materiais, a paleta de cores e texturas oferecidas, a qualidade da luz e o acesso a elementos naturais são mensagens concretas que revelam a concepção de crianças e de aprendizagem que orienta a prática pedagógica.

Para o bebê, em seu intenso processo de desenvolvimento físico e cognitivo, o espaço é um importante interlocutor. Ele apreende o mundo por meio de ações concretas, "tocando, engatinhando, levando objetos à boca, testando consistências e distâncias" (Piaget, 1978), em um constante processo de "pesquisa brincante" (Barbosa, 2010). Um espaço organizado para os bebês é, portanto, aquele que se constitui como um campo seguro para essas investigações, que "desafia competências" (Rossetti-Ferreira, 1999). No entanto, como destacam Oliveira *et al.* (2019), segurança não deve ser confundida com restrição. Trata-se de oferecer um entorno previsível e protegido que, ao mesmo tempo, seja desafiador e convide à exploração autônoma, respeitando as crianças como seres potentes e autores de suas descobertas (Barbosa, 2010; Friedmann, 2018).

Isso implica pensar na altura e na estabilidade dos móveis, que devem permitir que o bebê, ao se apoiar, tenha sucesso em seus intentos de ficar de pé e se deslocar, acompanhando

e favorecendo ativamente suas conquistas motoras (Oliveira *et al.*, 2019). Significa selecionar materiais de diferentes pesos, tamanhos, temperaturas e texturas, dispondo-os de modo acessível e atraente, para que as crianças possam fazer suas próprias escolhas e combinações, em um ambiente que revela, pela organização dos elementos, sua concepção pedagógica (Horn, 2004). Esta qualificação da materialidade espacial também considera a estética e o conforto sensorial, buscando uma harmonia que influencie positivamente a sensibilidade das crianças (Horn, 2004), ao mesmo tempo que evita tanto a superestimulação visual ou auditiva quanto a pobreza de estímulos. O objetivo é criar cantos acolhedores que convidem ao repouso e à concentração, assegurando um entorno ao mesmo tempo convidativo, seguro e propício às explorações infantis (Oliveira *et al.*, 2019).

Assim, a organização do espaço é a materialização de uma concepção pedagógica, pois, como afirma Horn (2004), ela reflete diretamente a visão que se tem sobre as crianças e a educação. Essa materialização pode, portanto, reforçar um modelo no qual o adulto é o centro e as crianças são espectadoras, em um esquema coletivo e centralizado que limita sua autonomia (Oliveira *et al.*, 2019). Em contrapartida, pode materializar o princípio do bebê como protagonista, sujeito de direitos, potente e competente (Barbosa, 2010; Brasil, 2017), criando um território vivo que responde aos seus gestos, apoia suas conquistas motoras e alimenta sua curiosidade inata. Analisar como esta dimensão é conceituada e orientada nos documentos torna-se, portanto, um passo fundamental para transformar as creches em espaços que, de fato, honrem os direitos e a potência das crianças desde os primeiros meses de vida, superando o abismo entre o princípio declarado e a prática concretizada (Fochi, 2019).

PROCEDIMENTO METODOLÓGICO

A pesquisa mais ampla, de abordagem quanti-qualitativa (Souza; Kerbauy, 2017), configura-se como uma investigação documental e bibliográfica (Gil, 2008). Iniciada em agosto de 2024, está prevista para conclusão em agosto de 2026.

Este artigo corresponde a essa primeira etapa empírica, concentrando-se na análise documental de parte dos dados coletados. O foco recai, assim, sobre os documentos nacionais, buscando evidenciar como eles conceituam e orientam, de forma explícita, a organização do espaço para bebês, para então discutir tais proposições à luz do referencial teórico que fundamenta a investigação mais ampla.

Para cumprir esse propósito, os documentos que constituem o objeto desta análise, publicados no período de 2009 a 2024, recorte temporal definido pela pesquisa mais ampla,

formam um conjunto de referências fundamentais que orientam e qualificam o trabalho pedagógico nas creches brasileiras nesse intervalo. São eles: Indicadores da Qualidade na Educação Infantil (Brasil, 2009), Critérios para um atendimento em creches que respeite os direitos fundamentais das crianças (Campos; Rosemberg, 2009), Brinquedos e brincadeiras de creches. Manual de orientação pedagógica (Brasil, 2012) e Qualidade e equidade na Educação Infantil. Parâmetros Nacionais de Qualidade e Equidade para a Educação Infantil (Brasil, 2024). Esses documentos materializam a evolução das concepções sobre a infância em orientações para o espaço.

A análise documental foi conduzida em etapas, sempre orientada pelo foco na organização do espaço para bebês. Inicialmente, realizou-se a leitura integral de cada documento. Em seguida, procedeu-se à identificação e ao recorte sistemático de todos os trechos explícitos que faziam referência à organização, qualificação ou concepção dos espaços destinados aos bebês ou que os incluíam. Esses dados foram compilados em um quadro, etapa que serviu de base para a análise e discussão, conduzida em diálogo com o referencial teórico.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Analisando os documentos nacionais publicados entre 2009 e 2024, é possível acompanhar uma verdadeira jornada de pensamento sobre o espaço para os bebês nas creches. De ideias mais amplas sobre qualidade e direitos, as orientações foram se tornando, ao longo dos anos, mais concretas e detalhadas, em sintonia com o que a pesquisa acadêmica vem discutindo. Essa trajetória revela uma mudança profunda. O espaço deixou de ser visto como um pano de fundo ou um simples local que abriga atividades, para ser compreendido como parte essencial do ato de educar, inseparável da intencionalidade do professor e dos direitos das crianças.

Esta evolução inicia-se em 2009, com duas publicações que definiram os eixos norteadores dessa reconceitualização. Os Indicadores da Qualidade na Educação Infantil (Brasil, 2009) posicionam a organização do espaço como um dos pilares da qualidade, vinculando-a diretamente à promoção de interações e ao planejamento intencional do professor. Essa visão se alinha à compreensão teórica de Horn (2004) para quem o espaço constitui, em si mesmo, uma ferramenta pedagógica capaz de estimular ou impedir encontros e aprendizagens.

Em uma perspectiva complementar, os Critérios para um atendimento em creches que respeite os direitos fundamentais das crianças (Campos; Rosemberg, 2009) fundamentam a discussão na esfera dos direitos. No documento se defende que a materialidade da creche,

englobando desde condições de salubridade e áreas verdes até a garantia de liberdade de movimento, é condição fundamental para o exercício de direitos como a exploração, a autonomia e a convivência.

O documento Brinquedos e Brincadeiras de Creches. Manual de Orientação Pedagógica (Brasil, 2012) representa um avanço ao operacionalizar esses princípios em orientações práticas. Nele, a indissociabilidade entre cuidar e educar se converte em uma diretriz espacial clara: a integração física entre salas de atividade, áreas de higiene e repouso, assegurando que as crianças em cuidados individuais, mantenham contato com o grupo. Essa fluidez, que respeita a integralidade da experiência infantil, corrobora as ideias de Oliveira *et al.* (2019) sobre a qualidade das experiências cotidianas. Paralelamente, a segurança é tratada como base para a autonomia, não se restringindo à eliminação de riscos, mas envolvendo a criação ativa de um ambiente convidativo à exploração sensorial e motora, com pisos acolhedores, tapetes e mobiliário acessível, materializando assim o princípio central da abordagem Pikler (Tardos; Szanto, 2004): um espaço verdadeiramente seguro é aquele que liberta as crianças para as descobertas.

Os princípios da flexibilidade e da perspectiva das crianças ganham destaque no documento. A previsão de elementos móveis, como cortinas e colchões removíveis, evidencia uma compreensão do espaço como composição dinâmica, adaptável ao ritmo do grupo, uma visão que dialoga com a de Gama (2017). É relevante observar que as orientações são elaboradas a partir do ponto de vista do bebê, de modo que janelas baixas, espelhos na parede e objetos suspensos constituem orientações precisas que visam assegurar que o espaço lhe pertença de fato.

O documento mais recente, Qualidade e equidade na Educação Infantil. Parâmetros nacionais de qualidade para a Educação Infantil (Brasil, 2024), consolida essa trajetória ao elevar a discussão ao âmbito das políticas públicas sistêmicas. Ao estabelecer padrões nacionais para a infraestrutura, que abrangem segurança, acessibilidade, intencionalidade pedagógica e a qualidade dos espaços externos. O documento reafirma que o direito à educação se concretiza no acesso a condições materiais específicas e bem planejadas. Essa visão compreende a avaliação da infraestrutura não como um procedimento burocrático, mas como instrumento para uma distribuição mais equitativa de recursos, assegurando bases materiais dignas para o desenvolvimento de todas as crianças. Essa perspectiva dialoga com o entendimento de Oliveira *et al.* (2019) de que a qualidade constitui uma rede de dimensões interligadas. Consequentemente, os Parâmetros (Brasil, 2024) reconhecem a organização espacial como um indicador concreto da qualidade proporcionada.

A mediação qualificada do adulto como elemento articulador entre o espaço físico e a experiência educativa é um fio condutor que perpassa toda essa produção documental. Dos Indicadores (Brasil, 2009), que associam a qualidade das interações à sensibilidade do professor, ao manual (Brasil, 2012), que defende uma mediação "observadora e respeitosa", fica claro que um espaço, por melhor que tenha sido planejado e estruturado, só se torna verdadeiramente educativo através da ação intencional do professor. Tal ação exige um planejamento que se constitui, em sua essência, como um planejamento de relações (Coutinho, 2017), no qual a organização do espaço tem por objetivo promover interações significativas. A complexidade dessa tarefa revela um desafio crítico, igualmente destacado na literatura, que é a formação indispensável do educador para essa leitura e intervenção sensível no espaço, uma lacuna urgente que permanece (Gatti *et al.*, 2019; Callou; Fernandes, 2021).

CONCLUSÕES

Os quatro documentos nacionais analisados estabelecem uma concepção de espaço para bebês como agente educativo ativo. Os Indicadores da Qualidade na Educação Infantil (Brasil, 2009) e os Critérios para um atendimento em creches que respeite os direitos fundamentais das crianças (Campos; Rosemberg, 2009) definem os fundamentos conceituais. Eles posicionam a organização do espaço como um pilar da qualidade e um requisito para a garantia de direitos.

O documento Brinquedos e Brincadeiras de Creches. Manual de orientação pedagógica (Brasil, 2012) representa a operacionalização prática. O documento desloca o foco para as experiências cotidianas que o espaço deve proporcionar. Ele detalha orientações que exigem um ambiente seguro, flexível e construído a partir do ponto de vista das crianças.

O documento Qualidade e equidade na Educação Infantil. Parâmetros Nacionais de Qualidade e Equidade para a Educação Infantil (Brasil, 2024) consolida a dimensão técnica e sistêmica. Neste documento se estabelecem parâmetros materiais para a efetivação dos princípios. Ele transforma conceitos em condições concretas de infraestrutura, reconhecendo a organização do espaço como um indicador objetivo da qualidade ofertada.

Juntos, os documentos formam uma referência complementar e progressiva que orienta um planejamento intencional para os espaços dos bebês. Este planejamento assegura segurança, acessibilidade e desafios adequados. Ele configura ambientes que favorecem a exploração autônoma, promovem interações significativas e integram de forma fluida os momentos de cuidado, brincadeira e repouso. Os materiais e o mobiliário sustentam as brincadeiras, fortalecem a autonomia e acolhem a singularidade das crianças.

O professor atua como mediador essencial neste processo. Sua ação intencional e sua escuta sensível são apresentadas como o elemento fundamental para que o espaço planejado se realize como ambiente educativo. Os documentos analisados, de 2009 a 2024, delineiam assim um roteiro progressivo. Este roteiro vincula a qualidade da Educação Infantil à materialização intencional do espaço como garantia de direitos.

REFERÊNCIAS

BARBOSA, Maria Carmem Silveira. **As especificidades da ação pedagógica com os bebês.** Anais do I Seminário Nacional: Currículo em Movimento – Perspectivas Atuais. Belo Horizonte, novembro de 2010.

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular.** Ministério da Educação e Cultura. Brasília, DF: MEC, 2017. Disponível em: http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518-versaofinal_site.pdf Acesso em 07 jan. 2026.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação (2009). Câmara de Educação Básica. Parecer nº 20, de 17 de dezembro de 2009. Fixa as **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil.** Brasília: CNE, 2009.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Qualidade e equidade na Educação Infantil: parâmetros nacionais de qualidade e equidade para a Educação Infantil.** Brasília: MEC, 2024. Disponível em <https://www.gov.br/mec/pt-br/pnei/parametros-educacao-infantil.pdf> Acesso em: 13 jan. 2026.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Brinquedos e brincadeiras de creches: manual de orientação pedagógica.** Brasília: MEC/SEB, 2012.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Indicadores da qualidade na educação infantil.** Brasília: MEC/SEB, 2009.

CALLOU, Raphael; FERNANDES, José Henrique Paim (Orgs.). **Educação Infantil em Pauta: desafios e perspectivas.** São Paulo: OEI, 2021. Disponível em: <https://oei.int/wp-content/uploads/2021/10/educacao-infantil-em-pauta-ebook.pdf>. Acesso em: 7 jan. 2026.

CAMPOS, Maria Malta; ROSEMBERG, Fúlvia. **Critérios para um atendimento em creches que respeite os direitos fundamentais das crianças.** 6. ed. Brasília: MEC/SEB, 2009.

COUTINHO, Angela Scalabrin. A experiência de ser bebê na creche: o ator social e a constituição da docência. **Revista Humanidades e Inovação** v.4, n. 1. p. 37-45. Abril de 2017.

FOCHI, Paulo Sergio. **A criança é feita de cem: as linguagens em Malaguzzi.** In: FOCHI, Paulo Sergio. **A documentação pedagógica como estratégia para a construção do conhecimento praxiológico: o caso do Observatório da Cultura Infantil – OBECI.**

Orientadora: Mônica Appezzato Pinazza. 2019. 347f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2019.

FOCHI, Paulo Sergio. **Mas os bebês fazem o quê no berçário, heim?: Documentando ações de comunicação, autonomia e saber fazer de crianças de 6 a 14 meses em um contexto de vida coletiva.** 2013. 172 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2013. Disponível em: <<http://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/70616>>. Acesso em: 07 jan. 2026.

FOCHI, Paulo. **Didática com bebês? A ação pedagógica de educadoras de crianças bem pequenas.** Porto Alegre: Penso, 2015.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa.** São Paulo: Paz e Terra, 1996, p. 25.

FRIEDMANN, Adriana (Org.). **Escuta e observação de crianças: processos inspiradores para educadores.** São Paulo: Centro de Pesquisa e Formação Sesc, 2018.

FRIEDMANN, Adriana. **A vez e a voz das crianças:** escutas antropológicas e poéticas das infâncias. 1 ed. São Paulo. Books. 2020.

FRIEDMANN, Adriana. **O brincar e a criança do nascimento aos seis anos.** 6. ed. São Paulo: Moderna, 2006.

GAMA, Mara. **O cuidado na educação das crianças de zero a três anos.** Revista Brasileira de Educação, v. 22, n. 70, p. 1-20, 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/edreal/a/mXCmBB6z57SDGvTjzrKDsrC/?lang=pt>. Acesso em: 7 jan. 2026.

GATTI, Bernardete Angelina; BARRETTO, Elba Siqueira de Sá; AFONSO DE ANDRÉ, Marli Eliza Dalmazio; ALMEIDA, Patrícia Cristina Albieri de (orgs.). **Professores do Brasil: novos cenários de formação.** Brasília: UNESCO, 2019. Disponível em: https://www.fcc.org.br/wp-content/uploads/2019/05/Livro_ProfessoresDoBrasil.pdf. Acesso em: 7 jan. 2026.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa.** 4. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

HORN, Maria da Graça Souza. **Sabores, cores, sons, aromas. A organização dos espaços na Educação Infantil.** Porto Alegre: Artmed, 2004.

MALAGUZZI, Loris. **História, ideias e filosofia básica.** In: EDWARDS, Carolyn; GANDINI, Lella; FORMAN, George. As cem linguagens da criança a abordagem de Reggio Emilia na Educação da Primeira Infância. Tradução Dayse Batista. Porto Alegre: Artmed, 1999. Malaguzzi (1991) História, ideias e filosofia básica. In: Edwards, Gandini e Forman (1991) As Cem linguagens da criança. Porto Alegre: Ed. Artmed.

OLIVEIRA, Zilma Ramos; MARANHÃO, Damaris; ABBUD, Ieda; ZURAWSKI, Maria Paula; FERREIRA, Marisa Vasconcelos; AUGUSTO, Silvana. **O trabalho do professor na educação infantil.** São Paulo: Biruta, 2019.

PIAGET, Jean. **A noção de um tempo na criança**. Rio de Janeiro. Record, 1978.

ROSSETTI-FERREIRA, Maria Clotilde Therezinha; GOSUEM, Adriano. **O meio interacional em transformação pelas novas tecnologias**. CINDEDI. USP. 23 Ribeirão Preto, 1999 (texto digitado).

SOUZA, Kátia Tavares de. **Espaços educativos na creche**: por uma arquitetura a favor das crianças. Campinas, SP: Autores Associados, 2010. (Coleção Educação contemporânea)

SOUZA, Kellcia Rezende; KERBAUY, Maria Teresa Miceli. Abordagem quanti-qualitativa: superação da dicotomia quantitativa-qualitativa na pesquisa em Educação. **Educação e Filosofia**, Uberlândia, v. 31, n. 61, p. 21-44, jan./abr. 2017. Disponível em: <http53s://seer.ufu.br/index.php/EducacaoFilosofia/article/view/29099/21313>. Acesso em: 07 jan. 2026.

TARDOS, Anna; SZANTO, Agnés. O que é autonomia na primeira infância? In: FALK, Judit (Org.). **Educar os três primeiros anos: a experiência de Lóczy**. Tradução de Suely Amaral Mello. Araraquara, SP: JM Editora, 2004.

